Brasília: sonho e realidade

Autor(es): Santos, Corcino Medeiros dos

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45339>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_9-3_13

Accessed : 26-Apr-2023 11:16:58

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

O SAGRADO E O PROFANO

HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1987

BRASÍLIA: SONHO E REALIDADE

1. *Conjuntura económica e política do Brasil*

O segundo governo de Getúlio Vargas foi um período de instabilidade política económica e social. Se de um lado tinha compromissos com o populismo, com o nacionalismo desenvolvimentista, de outro abriu as portas ao capital estrangeiro. A conciliação desses interesses nem sempre foi possível. A reforma ministerial que fez em 1953 foi mais uma tentativa de resolver o impasse político-institucional que desde 1945 se evidenciava através do confronto de interesses populares e nacionalistas contra os da burguesia mercantil e os das grandes potências, particularmente os Estados Unidos. Com esse novo ministério Vargas procurava contornar o impasse, mas conseguiu apenas desorganizar mais ainda a máquina administrativa O). Essa reforma ministerial significava também uma tentativa de recuperar o comando político e uma orientação mais definida para a esquerda, em confronto com as classes dominantes. Para os meios conservadores, um projeto socializante de esquerda não deveria acontecer, daí a intensificação da campanha de descrédito, acompanhada de violenta oposição parlamentar contra o governo. A problemática que envolve essa crise estava engendrada, mas a partir desse momento começam a ser ensaiadas as fórmulas para sua superação. Essa crise entretanto, estava situada no âmbito das próprias elites, que disputavam entre si uma parcela maior *

* Universidade de Brasília.

C¹) Maria Celina S. d'Araujo, *O Segundo Governo Vargas, 1951-1954*, Rio, Zahar, 1982, p. 115.

de poder, sem saber legitimar os meios pelos quais esse poder pudesse ser alcançado democraticamente.

Depois do breve espaço posterior ao suicídio de Vargas se restabeleceria a aliança popular desenvolvimentista sob a presidência de Juscelino Kubitschek. Mas ela tomaria, uma forma diferente, semelhante ao que depois de anos de confusão tentou dar A. Frondizi ao progresso económico e político argentino.

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República numa situação de legitimidade contestada, oposição radical, queda da taxa de crescimento, crise económico-financeira, de desequilíbrio e graves pontos de estrangulamento. O agravamento das condições económicas decorria da quase total ausência de racionalidade programadora no processo de formulação de política e condição dos negócios do Estado ⁽²⁾. Como condição de sobrevivência de seu governo, Kubitschek teria que promover uma rearticulação da situação política e económica, tirar partido dessa situação e fazer o país retomar o seu crescimento sem promover mudanças estruturais mais profundas. E, o faz com muita habilidade política e discernimento.

Na sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, expondo a política do seu governo, diante da crise que a nação atravessava Juscelino Kubitschek pensa a transformação pela qual passava a economia brasileira como uma transição para a definitiva implantação industrial. Diz ele:

«Acentua-se a fase de transição de nossa economia, do estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva, quando já se impõe evoluir da prática, quase exclusiva, das simples indústrias de transformação, para as indústrias de base» ⁽³⁾.

É ainda o próprio Juscelino Kubitschek que ao traçar as diretrizes gerais para o Plano Nacional de Desenvolvimento que explicita mais ainda as ideias já expostas aos congressistas. Assim, expressa:

«A ideia do Plano Nacional de desenvolvimento e de acelerar o processo de formação de riqueza, aumentando a

⁽²⁾ Maria Vitória V. de M. Benevides, *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento económico e estabilidade política*, Rio, Paz e Terra, 1976, p. 212.

⁽³⁾ Miriam Cardoso, *Ideologia do Desenvolvimento — Brasil: JK - JQ*, Rio, Paz e Terra, 1977, p. 77.

Brasília: Sonho e Realidade

produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades reprodutivas. O objetivo final do plano é aumentar o padrão de vida do povo, abrindo-lhe oportunidade de melhor futuro» (4).

Para atingir estas finalidades deveriam ser atacados os seguintes objetivos primários: 1) expansão dos serviços básicos de energia e transportes; 2) industrialização de base; 3) racionalização da agricultura; 4) valorização do trabalhador; 5) educação para o desenvolvimento; 6) planejamento urbano e regional. Por tudo que se expôs, vê-se que a solução para o desenvolvimento nacional, com todas as suas injustiças sociais e tensões políticas devia ser a industrialização. Era para criar as condições necessárias para ela que deviam ser alcançados os objetivos acima referidos, pois partia do pressuposto de que a oferta de infra-estrutura provocaria atividades produtivas.

O período de 1956-1961 deve ser interpretado de maneira diferente dos anteriores, pois o Plano de Metas, pela complexidade de suas formulações, pela profundidade do seu impacto, pode ser considerado como a primeira experiência de planejamento governamental posta em prática no Brasil. Mas tanto a decisão de planejar quanto a implementação do plano foram decisões políticas. Nesse caso, quais os motivos que levaram Juscelino Kubitschek a propor o planejamento como solução dos problemas nacionais? A resposta deve começar com uma indagação sobre o sistema político brasileiro. O período é marcado pela ampliação da participação política. Essa ampliação de participação foi acompanhada de maior mobilização política. Por outro lado, a ampliação do voto, da participação e da mobilização ocorria num momento de mudança social e econômica. Outro dado curioso é que esse acréscimo de participação não foi canalizado através dos partidos, pois estes eram apenas partidos de quadros. O resultado foi o estabelecimento de relações diretas massa-elite que se exprimiu através do populismo, cuja dinâmica era, de um lado, as massas davam, pelo voto, legitimidade ao regime e à conciliação entre as elites e estas por sua vez se comprometiam a ampliar as oportunidades de emprego (5). Juscelino Kubitschek, a partir dessa dinâmica, chegou à conclusão de

(4) J. Kubitschek de Oliveira, *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*, Belo Horizonte, 1955, p. 39.

(5) C. Lafer, *O planejamento no Brasil*, São Paulo, Perspectiva, 1970, p. 32.

que novas medidas eram necessárias para solucionar a crise brasileira segundo ele, uma crise de crescimento. Foi por isto que propôs o planejamento setorial que teria como finalidade última a melhoria do nível de vida. Assim, no dia seguinte ao da sua posse criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento, a quem caberia formular o *Plano de Metas*. Para compô-lo convocou uma equipa de técnicos, alguns dos quais já tinham participado das tentativas anteriores de planejamento. Assim nasceu o famoso *Plane de Metas* constando de 30 itens que seria o elemento propiciador de catálise política através da qual a ligação governo-sociedade seria tentada e finalmente conseguida no decorrer do período. É importante reconhecer que os meios e os fins objetivados no Plano não só eram coerentes entre si como foram alcançados.

Quanto ao problema da construção da nova capital, Juscelino Kubitschek dizia ao formular as diretrizes do plano nacional de desenvolvimento:

«Acredito que o deslocamento da sede do governo para o interior do país, além de ser um passo destinado a alargar rapidamente a onda de progresso sobre as grandes extensões do Brasil Central, acarretará influências políticas e psicológicas do mais alto interesse para o Brasil e permitirá que se instale a sede do governo numa cidade nova, projetada com carinho para ser o centro do pensamento e do comando da vida nacional» (6).

A construção de Brasília forneceria ao resto do programa económico de Kubitschek um símbolo imediatamente compreensível. Mas também serviu a outros fins, desviando a atenção de problemas difíceis no setor social e económico. Considerada a *meta-síntese* do período foi construída em apenas 36 meses e calcula-se que as despesas de sua construção tenham sido da ordem de trezentos bilhões de cruzeiros em preços de 1961 ou seja Brasília mobilizou 2,3% do PNB (7). Não se deve esquecer também que a construção de Brasília representou uma expansão no escopo do sistema económico, constituindo, sem dúvida, um ponto de crescimento.

O sucesso da política económica de Kubitschek foi o resultado da manutenção da estabilidade política. Para isto o segredo foi encontrar alguma coisa para cada um enquanto evitava o conflito direto com seus inimigos (8).

(6) J. K. de Oliveira, ob. cit., p. 239.

(7) C. Lafer, ob. cit., p. 33.

(8) Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*, Rio, Paz e Terra, 1975, p. 208.

Brasília: Sonho e Realidade

J. Kubitschek adaptou cuidadosamente o seu nacionalismo desenvolvimentista a fim de ganhar a simpatia de todas as classes. Dos industriais podia esperar apoio entusiasta já que a industrialização era a meta fundamental. Os agricultores não ofereciam resistência porque contavam com o apoio contínuo do governo. Para agradar à classe trabalhadora, o operariado, adotou uma política cautelosa de generosos aumentos salariais mas continuou com o controle governamental na estrutura sindical. Quando lançava mão do apelo populista, visava problemas não ideológicos, como a construção de Brasília. A classe média urbana constituiu o setor que J. Kubitschek teve maior dificuldade em agradar. Mas no geral havia muito pouco na política do governo que ameaçasse o *status* do indivíduo da classe média urbana.

2. O ambiente geográfico

O Distrito Federal, com seus 5 814km², está localizado no Planalto Central e faz parte da Grande Região Centro-Oeste do Brasil. Seu território, desmembrado Estado de Goiás, está compreendido entre os paralelos 15.º 30'S e 16.º 03'S e os vales dos Rios Preto e Descoberto. O relevo é de forma tabular, comumente denominado de chapada e a vegetação é caracterizada pelo cerrado com poucas zonas florestais. A topografia é suave apresentando uma altitude média de 1 100m. O ponto mais elevado do Plano Piloto é o alto do cruzeiro com 1 172m. (*). O solo é formado por rochas metamórficas velhas, que dão à terra um aspecto seco e arenoso. As temperaturas variam entre 16 e 30 graus centígrados, com umidade relativamente baixa o que dá a Brasília uma das condições climáticas mais confortáveis do Brasil ⁽¹⁰⁾.

No entender de Cruls ⁽¹¹⁾ o quadrilátero determinado, a parte mais central do Planalto está na zona onde se encontram as cabeceiras dos principais rios que formam as bacias hidrográficas brasileiras (águas emendadas): o Araguaia, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná.

⁽⁹⁾ Elbio Gonzales e Maria Inês S. R. Bascos, *Migração para Brasília*, p. 8.

⁽¹⁰⁾ *Brasília* (monografia 325) de IBGE, 1966.

⁽ⁿ⁾ Relatório parcial da Cruls apresentado ao Vice Presidente da República pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1893.

A região é caracterizada por duas estações bem definidas quanto à pluviosidade, a chuvosa no verão, de Setembro ou Outubro até Maio com mais de 80% do total pluviométrico anual de cerca de 1 500 mm e da estiagem no inverno, de Maio a Agosto, momento em que a taxa de unidade do ar baixa sensivelmente.

3. *O homem do planalto*

A maioria das vilas e arraiais de Goiás tiveram sua origem na mineração e com ela entraram em decadência. Desse modo quando visitadas por Saint-Hilaire, Pohl e outros, na primeira metade do século XIX, todas elas possuíam muitas casas desocupadas. A sua população era constituída, em sua maioria, por mulatos e pardos. Os brancos em minoria, eram cortezes e de conduta modesta. De um modo geral, todos viviam na pobreza ⁽¹²⁾. «A preguiça que domina os habitantes é como um torpor que paraliza e sufoca as faculdades mentais». O povo que vivia fora das vilas normalmente era indolente e habitava em ranchos de pau-a-pique cobertos de palha no meio dos tabuleiros e cerrados áridos. Preferiam alimentar-se de frutos silvestres como coco, baru, jatobá, pequi, marolo, caju, mel de abelhas, pouco peixe e alguma caça ⁽¹³⁾. O que vivia na região do Rio Paraná, o parananista, era notável pela sua preguiça. A não ser o serviço de andar agarrados às costas de magros cavalos, numas selas chamadas cotucas, nada mais queriam. Preferiam vagabundear e andar léguas para comer uma cuia de leite com farinha de mandioca ao trabalho moderado e disciplinado que lhes trouxesse abundância. Consideravam uma vergonha e desonra que um branco trabalhasse, pois todo o trabalho manual era coisa de escravos. Como estavam descapitalizados com a decadência da mineração não podiam comprar escravos e por conseguinte viviam na miséria. Esta preguiça se transmitia também aos portugueses que chegavam da Europa com o propósito de fazer fortuna trabalhando, mas em breve trabalhavam tão pouco como os naturais ⁽¹⁴⁾. Uma exceção podia ser feita em relação aos habi-

⁽¹²⁾ João Emanuel Pohl, *Viagem no Interior do Brasil*, Rio, MEC/INL, 1951, p. 262.

⁽¹³⁾ Virgílio M. de Melo Franco, *Viagens pelo Interior de Minas Gerais e Goiás*, Rio, Imprensa Nacional, 1888, p. 116.

⁽¹⁴⁾ J. E. Pohl, *ob. cit.*, p. 263.

tantes de Santa Luzia (Luziânia). É que ali, segundo Saint-Hilaire ⁽¹⁵⁾, estava o vigário João Teixeira Alvarez, que era homem instruído e que realizou muitos esforços no sentido de instruir seus paroquianos, inclusive no cultivo da terra. Graças ao seu trabalho, os habitantes de Santa Luzia eram mais civilizados, mais unidos e mais honestos que noutras partes da Província.

A Paróquia de Santa Luzia tinha (em 1820) uns 4 000 habitantes espalhados num raio de 50 léguas, no qual estavam os povoados de Montes Claros (Santo António do Descoberto) e o arraial de Couros (Formosa). Seus moradores viviam em parte de suas plantações e um pouco da criação de gado. Esta se desenvolveu, sobretudo, na região de Formosa que na segunda metade do séc. XIX teve um comércio ativo em couros e gado em pé, calculando-se uma venda anual de 10 000 bois.

Os habitantes de Santa Luzia vivem fora da vila, no cultivo da terra e vão ao povoado aos domingos e dias de festas. A sua agricultura, entretanto é apenas de subsistência. Seria inútil que plantassem milho, arroz e feijão em maior quantidade que a necessária para o sustento, pois não havia comprador.

Os principais artigos que exportavam, além do doce de marmelo que ia até para o Rio de Janeiro, eram peles de animais selvagens e couros de gado. A criação de gado é que constituía a renda mais segura dos fazendeiros.

Apesar da diferença dos habitantes de Santa Luzia, também ali havia muita pobreza, pois a indolência contribuía bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. Mas a miséria que os embrutece e desanima, deve necessariamente por sua vez, aumentar sua apatia. E, esta chegou a tal ponto, em muitos deles, que dispendo praticamente de toda a terra que lhes convém eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento ⁽¹⁶⁾.

O solo, em geral, é fértil e a criação de gado desenvolvia tão bem como no Rio da Prata. Tanto em Santa Luzia como em Corumbá e Pirineus (Pirinópolis), os habitantes, em sua maioria negros libertos, mulatos e pardos dedicavam-se ao fabrico de tecidos grosseiros de algodão com os quais confec-

⁽¹⁵⁾ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de Goiás*, S. Paulo, EDUSP/Itatiaia, 1975, p. 25-26.

⁽¹⁶⁾ A. de Saint-Hilaire, *ob. cit.*, p. 27.

cionavam cobertas de cama, roupa de mesa e ainda panos para roupa do corpo ⁽¹⁷⁾. «Todos esses tecidos ficam bem longe de serem perfeitos, mas fazem conhecer que os artífices têm habilidades e que a serem bem dirigidos apresentariam obras estimáveis» ⁽¹⁸⁾. Além das atividades comuns a todos os caboclos do Planalto, em Pirineus e Corumbá dedicam-se à criação de porcos e à cultura do tabaco ⁽¹⁹⁾.

4. A interiorização da capital

A idéia de mudar a capital para o interior surgiu pela primeira vez, em 1789, em conexão com o movimento da Inconfidência Mineira. A idéia transformou-se em artigo da Constituição brasileira em 1890 e foi mantido nas constituições seguintes até a de 1946.

Um ponto decisivo para a fixação da área em que se situa Brasília, nasceu de um projecto do deputado Nogueira Paranaguá, em 1892, que autoriza a exploração e demarcação, no planalto Central, da superfície destinada à nova Capital. Como resultado dessa iniciativa, o presidente Floriano Peixoto, constituiu uma comissão presidida por Luis Cruls que chegou ao Planalto Central, em 1.º de Agosto de 1892 ⁽²⁰⁾. Os principais trabalhos da comissão seriam:

1. ° Demarcação da zona reservada para o Distrito Federal, com uma extensão de 14 400 km²;
2. ° Levantamento dos itinerários percorridos;
3. ° Levantamento das lagoas «feia», «formosa» e «mestre d'armas»;
4. ° Declinação magnética em Pirinópolis, Entre Rios, Santa Luzia, Formosa e Goiás;
5. ° Diferença de longitude pelo telégrafo elétrico entre Goiás, Uberaba, São Paulo e a capital Federal;
6. ° Estudo da geologia da região;
7. ° Coleção mineralógica e botânica da região;

⁽¹⁷⁾ Raimundo J. da Cunha Mattos, *Corografia Histórica da Província de Goiás*, Goiânia, Gov. de Goiás/SUDECO, 1978, p. 68.

⁽¹⁸⁾ *Idem*, p. 68.

⁽¹⁹⁾ J. E. Pohl, ob. cit., p. 268.

⁽²⁰⁾ J. Adirson de Vasconcelos, *A Mudança da Capital*, Brasília, 1978.

Brasília: Sonho e Realidade

8. ° Plantas das cidades de Catalão, Pirinópolis, Santa Luzia, Formosa, Goiás e Mestre d'Armas;

9. ° Fotografias de grande número de vistas (21).

Euclides da Cunha (22) chamou a atenção para o contraste existente entre o litoral e o interior. Assim, a transferência da sede do governo para o planalto central seria o meio adequado para estender o progresso ao interior, pois envolveria o aumento da densidade populacional, a difusão cultural, o desenvolvimento económico, enfim promoveria a integração territorial do Brasil, no sentido de eliminar o desnível entre o litoral e o sertão.

Nos limites da fronteira económica, a Nação política e socialmente, estava organizada. Daí em diante, em direção ao Oeste, havia um outro Brasil, fértil, mas improdutivo; rico, mas miserável; à espera de que o ocupássemos efetivamente. Esse erro, Brasília viria corrigir. Assim o cumprimento do artigo constitucional não foi a razão da mudança da capital. Ao contrário, a construção de Brasília no Planalto Central foi definida como uma ação necessária para que se atingissem objetivos múltiplos: a) povoar o interior do Brasil; b) introduzir recursos económicos em áreas despovoadas; c) conquistar e desenvolver as áreas potencialmente ricas da Bacia Amazônica; d) introduzir e desenvolver uma sólida agricultura em Goiás, Mato Grosso e Maranhão; e) desenvolver um sistema de comunicação que contribuisse para a integração nacional (23).

A interiorização da capital foi defendida também como uma ação importante, do ponto de vista psico-social, porquanto argumentava-se que:

a) o desenvolvimento do interior contribuiria para diminuir as desigualdades existentes entre as diferentes regiões do Brasil; b) a criação de uma nova capital seria acompanhada pela emergência de uma burocracia moderna, livre dos vícios da máquina governamental do Rio de Janeiro; c) o novo plano urbanístico concentraria as agências governamentais de modo a facilitar a comunicação e a eficiência das mesmas; d) a idéia de uma nova capital proporcionaria um novo símbolo popular

(21) Ernesto Silva, *História de Brasília*, Brasília, s.d., p. 41.

(22) **Os Sertões.**

(23) José Pastore, *Brasília: a cidade e o homem*, São Paulo, Nacional, 1969, p. 3.

para o futuro do país; e) sendo um plano ambicioso e atrevido do ponto de vista artístico e técnico, Brasília provaria ao povo brasileiro e ao mundo o que o Brasil é capaz de fazer; f) as modernas linhas da planta física e das facilidades de habitação contribuiriam para criar uma vida mais democrática tanto para os dirigentes como para os simples trabalhadores ⁽²⁴⁾. Em suma, Brasília não era apenas uma operação de largo vulto, perfeitamente autofinanciável; não seria apenas uma cidade nova, mas, principalmente, um símbolo de progresso. Graças a ela o Brasil deixaria de ser apenas um vasto país no mapa, para ser um país de fato. É o que sugere Juscelino Kubitschek quando diz:

«Com a nova capital há de vir, querendo Deus, um tempo de abundância e de genuína fraternidade que permita indistintamente a todos os brasileiros a fruição dos bens da cultura e do progresso».

5. *A construção de Brasília*

Eleito presidente, em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, J. K. se referiu à necessidade da construção da nova capital do Brasil no Planalto Central. De fato, no orçamento da União para o ano de 1956 havia uma dotação de CR\$ 120 000 000 para as despesas com a desapropriação da área do Distrito Federal. Por outro lado, a comissão designada pelo governo anterior para estudos definitivos referentes à mudança foi mantida. Em Fevereiro de 1956, o presidente da referida comissão, em documento endereçado ao Presidente da República dizia:

«Agora, estamos em condições de prosseguir com segurança na obra ciclópica da construção da terceira metrópole do Brasil, o que significa a retomada da marcha para oeste.... levando para aquelas paragens a civilização e o progresso numa contribuição inestimável à grandeza da pátria» ⁽²⁵⁾.

Um mês depois da primeira mensagem, em Abril de 1956, Juscelino Kubitschek assina em Goiânia mensagem ao Congresso Nacional acompanhada de Projeto propondo a mudança da capital. O referido projeto delimitava a área para

⁽²⁴⁾ José Pastore, *ob. cit.*, p. 4.

⁽²⁵⁾ Ernesto Silva, *ob. cit.*, p. 84.

Brasília: Sonho e Realidade

o Distrito Federal, criava a Companhia Urbanizadora da Nova Capital — Novacap e propunha o nome de Brasília para a Nova Capital. Aprovado o projeto, nomeou-se a diretoria da Novacap, cuja presidência coube ao engenheiro Israel Pinheiro. O passo seguinte foi a publicação do edital de concurso de projetos, em 30/9/1956 no Diário oficial da União. Nele se estabelecia:

«o plano-piloto deverá abranger o traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estruturação urbana, a localização e interligação dos diversos setores, cenários, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicações» (26).

Disposto a levar a cabo tão importante tarefa J. K. vem pessoalmente examinar o local, desembarcando num campo de pouso provisório às 11.45 do dia 2 de Outubro de 1956. Nesse dia o presidente escreveu no livro de ouro de Brasília:

«Do ponto de vista económico, Brasília resolverá situações já esgotadas, para maior equilíbrio, melhor circulação e mais perfeita comunicação entre o litoral e o interior entre o norte e o sul. Politicamente, Brasília significa a instalação do governo Federal no coração mesmo da nacionalidade, permitindo aos homens de Estado uma visão mais ampla do Brasil como um todo e a solução dos problemas nacionais com independência, serenidade e paz interior.... Desce Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez, sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino» (27).

A diretoria da Novacap aceitou o desafio de em 3 anos construir a parte básica da cidade. O projeto e a obra despertou intenso debate que serviu para a sua própria divulgação. Em meio a esse debate, iniciou-se ainda no mês de Outubro a obra monumental com as seguintes providências: construção do aeroporto definitivo, melhoria das estradas para Anápolis e Goiânia, construção de prédios provisórios para a administração da Novacap, alojamentos, aquisição de material, elaboração de projetos das construções provisórias, do palácio da Alvorada, do Brasília Palace Hotel, etc. (28). Os caminhões

(26) Ernesto Silva, *ob. cit.*, p.94.

(27) Ernesto Silva, *ob. cit.*, p.106.

(28) Ernesto Silva, *ob. cit.*, p.108.

transportavam do Rio, São Paulo e Belo Horizonte toda a sorte de material e alimento, chegavam às centenas em Brasília e o armazenamento ia sendo feito em barracas de lonas enquanto se construía os primeiros barracões de madeira. Com as casas de madeira começaram a aparecer os cafés, bazares, hospedarias, etc. Aviões descolavam do Rio, com jornalistas, estudantes, intelectuais, parlamentares e estrangeiros curiosos. Brasília era um imenso canteiro de obras.

O concurso de projetos para a construção do Plano-Piloto foi vencido por Lucio Costa em cujo memorial descritivo assinala:

«Brasília deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente, sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade qualquer, não apenas como urbe, mas como civitas, possuidora dos atributos inerentes a uma capital.....

A construção da nova capital era um foco de atração quase irresistível, pois saíra das discussões acadêmicas para as ruas, tornando-se, tema popular. Por isso dizia Herivelto Martins:

«Juscelino me chamou eu vou morrer de saudade, mas vou
Adeus, Mangueira
Adeus, meu Vigário Geral
Adeus, meu samba
Adeus, capital federal
Brasília, me chamou p'ra trabalhar
Seu doto, dê licença, minha gente eu vou levar».

Era a idéia de Brasília na cabeça da gente humilde e trabalhadora que procurava uma nova oportunidade para melhorar de vida. Por outro lado existiam aqueles que a viam como um sonho, um lugar onde o homem pudesse viver em contacto com a natureza e num mundo simples e sem problemas. Assim o expressa um poeta anónimo:

«Brasília não tem problema
não tem praia de Ipanema
nem luz de Copacabana;
eu quero sombra e água fresca
uma vida pitoresca,
um amor e uma choupana» (29).

(29) J. Pastore, *ob. cit.*, p. 5.

Brasília: Sonho e Realidade

Em meio a vigorosos debates, Brasília foi construída em apenas 36 meses e inaugurada a 21 de Abril de 1960. Nesse dia ao hastear a Bandeira Nacional Juscelino Kubitschek disse:

«Faço-o com emoção que dificilmente poderia exprimir. Sinto agora a mesma vibração, o mesmo entusiasmo, o mesmo tremor que sentem todos aqueles que estão praticando o mesmo gesto nos quatro cantos da pátria. Meu pensamento volta-se, neste instante, para as novas gerações que hão de recolher o fruto de nossos trabalhos e encontrar um Brasil diferente do que encontramos, um Brasil integrado no seu verdadeiro destino....» ⁽³⁰⁾.

E, ao receber a chave da cidade, dirigindo-se ao povo anónimo, aos construtores de Brasília disse:

«.... Ela é tão minha quanto vossa, quanto a todos os brasileiros. A irmanação de quantos aqui trabalharam lembra a construção das catedrais da Idade Média, quando artistas anónimos, mestres, aprendizes se animavam pela fé em Deus, em cuja honra levantaram esses poemas arquitetónicos. Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender o que será amanhã, porque a fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos, candangos, a que me orgulho de pertencer».

E definiu os operários construtores de Brasília:

«Assisti desde as primeiras horas a vossa chegada ao Planalto; vi como pegaste no trabalho; como vos animastes, homens à procura de um destino melhor, não apenas para vós mesmos, mas também para o vosso país. Vosso idealismo animou-me a mim próprio. Falais pouco, apenas o suficiente, pois o sofrimento vos tornou sérios, graves.... A vontade de Deus ergueu esta cidade. Com o pensamento na cruz em que foi celebrado o Santo sacrifício, peço ao criador, que mantenha cada vez mais coesa a unidade nacional, que nos dê sempre esta atmosfera de paz, indispensável ao trabalho fecundo e conserve em vós, obreiros de Brasília, o mesmo espírito forte em que erguestes a grande cidade» ⁽³¹⁾.

Os operários de Brasília não retornaram aos seus lugares de origem, a grande maioria permaneceu na cidade, indo ocupar a sua periferia, as cidades satélites. Durante e depois da construção iniciou-se o movimento de uma das mais maciças migrações que o Brasil experimentou.

⁽³⁰⁾ Adirson Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 356.

⁽³¹⁾ A. Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 356 e ss.

6. *As migrações para Brasília*

Grupos dos mais variados substratos culturais e sociais migravam para Brasília. As consequências dessa maciça movimentação populacional transformaram-se em sérias fontes de preocupação não só para os migrantes mas, especialmente, para os planejadores e autoridades governamentais.

Antes de 1956, habitavam a área cerca de 6 000 pessoas que ocupavam os núcleos ou comunidades de Braslândia, Planaltina, Formosa e Luziânia. Com o início da construção de Brasília criou-se um polo alternativo de atração, em termos de oportunidades económicas, para grupos populacionais de várias regiões do país. A partir daquele momento é que começam a chegar os primeiros migrantes, num movimento migratório que cresce à medida em que o campo de trabalho era ampliado. Assim, em 1957 a população do Distrito Federal era de 12 700 habitantes, passando para 28 804 e 64 314 em 1958 e 1959 respectivamente. Na época da inauguração de Brasília, em 1960, o Distrito Federal já contava com 145 276 habitantes que trabalhavam nas novas construções que constituiriam a estrutura básica da cidade ⁽³²⁾. Dez anos depois, em 1970, Brasília já se encontrava entre os 11 municípios brasileiros que possuíam população superior a 500 000 habitantes ⁽³³⁾. Essa população era composta de pessoas procedentes de quase todas as regiões do país. Na época da inauguração, a distribuição da população brasiliense, segundo a origem, era a seguinte: Goiás 44 943; Minas Gerais 20 725; Rio de Janeiro 18 920; Piauí 8 616; Bahia 6 601; São Paulo 8 618; Paraíba 7 886; Ceará 7 338; Pernambuco 7 336; Rio Grande do Norte 3 673; outros estados 9702; estrangeiros 918 ⁽³⁴⁾.

A demanda de mão de obra criada pela construção da nova capital não constituiu o fator determinante fundamental do deslocamento da maioria da população de suas regiões de origem. Poderosos fatores de expulsão causados por profundas desigualdades regionais, criadas pelo processo de industrialização já atuavam nas áreas periféricas. Por outro lado, grande contingente de camponeses estavam sendo expulsos de suas terras pelas pressões do latifúndio e da modernização da

⁽³²⁾ E. Gonzales e Maria Inês de S. R. Bastos, *Migração para Brasília*, Brasília, Univ. de Brasília, 1973, mimeografado, p. 26.

⁽³³⁾ IBGE — *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, 1970.

⁽³⁴⁾ Hermes Aquino Teixeira, *Brasília: o outro lado da Utopia (1956-1969)* UnB-1982, mimeografado, p. 104.

Brasília: Sonho e Realidade

agricultura cujas inovações não representavam benefício para o trabalhador do campo, ao contrário, era fonte de desemprego.

Brasília, criando novas oportunidades econômicas para uma força de trabalho não especializada, constitui-se, dentro do processo migratório já existente, um ponto de entre corte dos fluxos migratórios atraindo pessoas que já tinham sido expulsas de suas regiões de origem. De fato, o próprio presidente Kubitschek dizia que a construção de Brasília provocaria o alargamento da frente de ocupação humana:

«Por fim, um plano de alto sentido político — o da construção da nova capital em Brasília — tem também o grande significado econômico, porque possibilitará e provocará o alargamento da frente de ocupação humana sobre vastíssimas áreas da hinterlândia, incorporando ao patrimônio ativo do país regiões de ponderável poder econômico. Articulado ao plano de Brasília estão alguns projetos, especialmente de transportes, contemplados no Programa de Metas» (35).

Quando da celebração da primeira missa em Brasília (3-5-1957), o cardeal D. Carlos de Vasconcelos Motta convencido de que a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, pregada por Kubitschek era o instrumento de salvação nacional assim se expressou:

«Brasília vai deter a fuga do nosso ser anejo em busca da miragem das mégalopoles. Brasília vai resolver o mais angustiante e mais grave problema nacional que é o problema dos nossos irmãos nordestinos, proporcionando-lhes oportunidades de se fixarem em colônias nacionais à margem das grandes vias que demandarão a Brasília.... Brasília vai ser a mobilização efetiva e definitiva desta grande nação de 60 milhões de cidadãos livres e deste extensíssimo território, patrimônio colossal, capital imenso do qual precisamos e devemos auferir os juros legítimos tanto no benefício nosso quanto em benefício da humanidade» (36).

Como se vê o sermão do Cardeal foi uma pregação de reforço à ideologia do governo e por ele se pode ver como seria feita a propaganda de Brasília de norte a sul. Para isto usando dos palanques aos púlpitos e toda a imprensa falada e escrita, Brasília era apresentada como um novo eldorado

(35) *Programa de Metas*, Conselho Nacional de Desenvolvimento, 1958.

(36) Hermes A. Teixeira, *oh. cit.*, p. 87.

onde seriam encontradas soluções para todos os problemas.

Dizia um candango:

«....lá na Paraíba fizeram de Brasília um verdadeiro céu, onde tudo era fácil e à vontade. Os que vieram comigo já estão meio acabrunhados. Eu vim para Brasília, explico, para ficar milionário, arranjar uma noiva bonita e voltar ao sertão de Cajazeira fei:o gente importante».

Outro dizia:

«Estão construindo Brasília, vai ser melhor que São Paulo e Rio de Janeiro. Tá surgindo uma nova capital. Vim com muita esperança e trabalhei, trabalho até hoje com esperança de um dia melhorar minha situação» (37).

Por outro lado, ouvia-se declarações como esta:

«Em Brasília, há serviço para muitos e muitos anos. Os homens trabalham dia e noite. Equipes se revezam, incansáveis. E o dinheiro está ali para quem quiser ganhar».

Numa coisa não se tinha iludido:

«as companhias responsáveis pela construção de Brasília já os esperavam e, mal desciam dos caminhões pau-de-arara, preenchiam sumariamente as fichas e começavam a trabalhar» (38).

O fluxo migratório que demandava a Brasília era composto de indivíduos que vinham convencidos pelo trabalho de aliciamento feito pelas próprias companhias construtoras; espontaneamente, pelos apelos das histórias que ouviam ou liam a respeito ou ainda aqueles provenientes de áreas assoladas pelas secas que eram diretamente orientados pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

O fluxo direto para Brasília ocorreu apenas na fase inicial de sua construção, mas a partir dessa época passaram a chegar populações que já haviam residido noutros locais depois que deixaram suas comunidades de origem. O sonho dos migrantes em breve se tornaria um pesadelo, pois como já dissemos, em 1970 Brasília já figurava entre os 11 municípios brasileiros com população superior a 500000 habitantes. Com um crescimento populacional de quase 300% Bra-

(37) Hermes A. Teixeira, *ob. cit.*, pp. 101-104.

(38) Hermes A. Teixeira, *ob. cit.*, p. 107.

Brasília: Sonho e Realidade

sília começa a enfrentar todos os problemas comuns a qualquer outro grande centro urbano nacional: o desemprego, o subemprego, a falta de habitações, a ocupação de áreas urbanas periféricas e a especulação imobiliária.

O operário da construção de Brasília, em geral, se sentia importante por estar participando de uma obra histórica, pois eram preparados, através dos discursos do próprio presidente e de outros mecanismos. Assim, Juscelino Kubitschek dizia:

«a exortação que fazia aos trabalhadores, era insistente, e orientada no sentido de integrá-los no que denominei 'espírito de Brasília'. Procurava despertar em cada trabalhador por muito humilde que fosse sua tarefa, um sentimento de solidariedade em relação à cidade, à cidade que estava construindo» (39).

A construção civil ao ocupar a sua função de indústria construtora, exerceu importante papel na geração de empregos, com a absorção, em larga escala de mão-de-obra não qualificada que no Distrito Federal representou e representa grande parte da população migrante.

Esta indústria no entanto, além de ser um dos setores mais afetados com a crise econômica, vem diminuindo o ritmo de sua atividade, uma vez que as obras fundamentais já estão concluídas. Assim sendo, a mão-de-obra empregada na construção civil ao alcançar a cifra de 22,6 mil operários no final do primeiro semestre de 1985 representou uma queda de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior (40). O nível de emprego em Brasília vem caindo mensalmente. Enquanto isto ocorre no plano da oferta de emprego, o contrário, ocorre com a oferta de mão-de-obra que continua crescendo. Além do crescimento vegetativo, natural, continuam entrando mensalmente no Distrito Federal, cerca de 1 500 pessoas o que significa um acréscimo de mais de 30 000 pessoas, por ano. Por outro lado a maioria da população de Brasília é de pessoas que está na faixa etária de 20 anos para baixo. Então pode-se avaliar o volume de problemas que se criam para o governo. De um lado a absorção de mão-de-obra diminui e de outro cresce a oferta pela presença permanente do fluxo migratório ao lado de novas levas de jovens já criados e nascidos no Distrito Federal que são jogados no mercado.

(39) Hermes A. Teixeira, *op. cit.*, p. 12.

(40) CODEPLAN. *Indicadores Conjunturais ano XII*, n° 2, Junho/1984.

Além do problema de criação de empregos, o Distrito Federal tem o da habitação, o da criação de toda infraestrutura como a construção de redes de águas e esgotos e a construção de novos assentamentos populacionais.

Brasília que foi planejada para um milhão de habitantes contará em 1990 com mais de dois milhões.

O Plano Piloto também chamado, jocosamente de cidade fantasma, cidade do século XXI, abriga o pessoal da alta administração. Mas as cidades satélites, em muitos casos com problemas tão graves que parecem resíduos do século XIX, vivem em grande parte, carentes de emprego, de serviços básicos como água e saneamento apesar dos esforços do governo através dos seus vários órgãos para a eliminação dos pontos de estrangulamento e dos focos de miséria.

E nessas regiões periféricas, as cidades satélites que vive o grosso da população de baixa renda e que constitui o exército de reserva para uma indústria que não existe, mas vivem da prestação de serviços de várias modalidades. Nessas cidades dependentes de Brasília as condições de vida nem sempre são as melhores que se pode desejar.

7. Conclusões

Brasília foi um desafio quanto às implicações políticas económicas e sociais da transferência da sede do governo do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Foi, portanto, um desafio geográfico, político, económico e humano. O seu planeamento, como centro urbano e administrativo foi o mais perfeito que se possa imaginar. Mas o homem, para quem a cidade era planejada, o homem operário seu construtor, a experiência humana rica em todos os aspectos sobrepõe ao planeamento racional. Nas palavras de Lucio Costa, Brasília foi planejada «para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo além de centro de governo e administração, num foco de cultura das mais lúcidas do país». Mas, Brasília que era uma esperança, foi uma ilusão, uma frustração para uma larga faixa da população. Os trabalhadores que foram chamados para sua construção — mão-de-obra desqualificada, analfabetos e sem nenhum poder aquisitivo — após o término das obras, não retornaram a suas localidades de origem. Mas no Plano Piloto, que ajudaram a construir não havia lugar para eles.

Brasília: Sonho e Realidade

Além disso o fluxo migratório continuava e continua quase que incontrolável.

O Plano Piloto que devia abrigar nas suas super quadras e casas, democraticamente lado a lado, pessoas pertencentes a todas as camadas sociais, convivendo harmonicamente com funcionários da alta administração, não correspondeu à realidade. Os antigos construtores, dadas as suas condições econômicas tiveram que abandonar o plano e passar a viver na periferia, nas cidades satélites onde lhes faltam muito do que sonharam com Brasília.

O extraordinário crescimento demográfico tem constituído um dos grandes problemas para o governo, para os planejadores e para os executores de programas diversos. Assim, Brasília foi e continua sendo um desafio. Nela se vive hoje uma das mais ricas experiências do país, pois a afluência de tipos étnicos diferenciados com tradições culturais diferentes fez com que Brasília funcionasse como veículo aglutinador das diferenças regionais que distinguem as diferentes áreas do território nacional.

Essa convergência de particularidades regionais provocou inicialmente conflitos para depois passar a uma fase de acomodação, graças à unidade linguística. Brasília tornou-se assim uma cidade eclética onde se convive lado a lado, todas as religiões, todas as formas de cultura. Por outro lado, não se pode negar, existem alguns focos de resistência, que são os pequenos *guetos*, onde se reúnem somente pessoas do mesmo Estado de origem, ou pessoas que trabalham na mesma instituição ou empresa.

No geral, apesar de alguns erros de cálculo que cometeu Juscelino Kubitschek, pelo menos grande parte dos objetivos que ele pretendeu alcançar com a construção de Brasília foram alcançados. Cite-se a abertura de uma enorme rede de estradas para o interior, a incorporação do planalto central à economia nacional e mundial com a grande produção agrícola dos cerrados, o centro de decisões políticas foi efetivamente transferido, enfim, Brasília além de ter-se tornado um ponto de convergência é também um ponto de articulação do progresso e do desenvolvimento nacional.

BIBLIOGRAFIA

- Audrin, José M., *Os sertanejos que eu conheci*, Rio, José Olimpio, 1963.
- Baer, Werner, *A Industrialização e o desenvolvimento Econômico do Brasil*, Rio, F. G. V., 1975.
- Balan, Jorge, *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*, S. P. DIFEL, 1974.
- Bandeira, L. A. Moniz, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1973.
- Benevides, Maria V. de Mesquita, *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, Rio, Paz e Terra, 1976.
- Café Filho, João, *Do sindicato ao Catete*, Rio, José Olimpio, 1966.
- Cardoso, Fernando H. e Faletto, E., *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- Cardoso, Fernando Henrique, *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, DIFEL, 1970.
- Cardoso, Miriam Limoeiro, *Ideologia do Desenvolvimento — Brasil: JK-JQ*, Rio, Paz e Terra, 1977.
- Crimes e Contravenções no Distrito Federal, CODEPLAN, 1969.
- D'Araújo, Maria Celina S., *O Segundo Governo Vargas. 1951-1954*, Rio, Zahar, 1982.
- Franco, Virgílio M. de Melo, *Viagens pelo interior de Minas Gerais e Goiás*, Rio, Imp. Nacional, 1888.
- Gonzales, Elbio N. e Bastos, Maria Inês de S. R., *Migração para Brasília*, Brasília, Universidade de Brasília, mimeografado.
- Lafer, Celso, *O Planejamento no Brasil: observações sobre o plano de Metas (1956-61)*, São Paulo, Perspectiva, 1970.
- Lafer, Betty Mondlin, *Planejamento no Brasil*, São Paulo, Perspectiva, 1970.
- Mattos, Raimundo J. da Cunha, *Corografia Histórica da Província de Goiás*, Goiânia, Governo do Estado/SUDECO, 1978.
- Neiva, Artur, *Viagem Científica pelo norte da Bahia Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Rio, Manginhos, 1918.
- Oliveira, Juscelino K. de. *Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento*, Belo Horizonte, O Nicolai, 1955.
- Pacheco, Altamiro de Moura, *Primórdios de Brasília*, Goiânia, Instituto de História e Geografia de Goiás.
- Pastore, José, *Brasília: A Cidade e o Homem*, São Paulo, Nacional, 1969.
- Pereira, L. C. Bresser, *Desenvolvimento e Crise no Brasil (1960-1967)*, Rio, Zahar, 1968.
- Pohl, J. Emanuel, *Viagem no Interior do Brasil*, Rio, MEC/INL, 1951.
- Saint-Hilaire, Auguste de, *Viagem à Província de Goiás*, São Paulo, EDUSP/Itatiaia, 1975.
- Santana, Raimundo Nonato Monteiro de, *Área de Influência direta de Brasília*, UnB/GDF, 1974, mimeografado.
- Silva, Ernesto, *História de Brasília*, Brasília, Ed. de Brasília.
- Skidmore, Thomas E., *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-64*, Rio, Paz e Terra, 1975.
- Teixeira, Hermes de Aquino, *Brasília: o outro lado da utopia (1956-1960)*, UnB - Dissertação de Mestrado, Apres, 1982.
- Wirth, John D., *A Política do desenvolvimento na era de Vargas*, Rio, FGU, 1973.